

o Despacho n.º 5505-B/2015, de 25 de maio, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública:

Quadro de Sargentos OPINF

Sargento-Mor:

SCH OPINF 059710-E Alberto Freitas Calé — MILREP

2 — Preenche a vaga em aberto no respetivo quadro especial.

3 — A presente promoção é realizada ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, para satisfazer necessidades de cariz operacional da Força Aérea, nomeadamente de desempenho de funções de chefia em unidades operacionais e para a formação, treino, aprontamento e sustentação operacional, e que são indispensáveis para o cumprimento da missão.

4 — Conta a antiguidade desde 8 de novembro de 2015.

5 — Produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho no *Diário da República*, conforme previsto na alínea a) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

6 — É integrado na posição 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

9 de novembro de 2015. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Diretor, *José Alberto Figueiro da Mata*, MGEN/PILAV.

209100336

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Despacho n.º 13231/2015

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretárias pessoais do meu gabinete Ana Maria de Almeida Francisco Nunes da Veiga, assistente técnica do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e Rosa Maria Fernandes Bernardes Patrício.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, as notas curriculares das designadas são publicadas em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 30 de outubro de 2015.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

10 de novembro de 2015. — A Secretária de Estado da Justiça, *Teresa Maria de Moura Anjinho*.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Ana Maria de Almeida Francisco Nunes da Veiga
Nacionalidade: Portuguesa
Data de nascimento: 1 de fevereiro de 1963

Habilitações Literárias

Licenciatura em Administração Pública, ISCSP

Formação Profissional

Jornadas Código do Procedimento Administrativo; Automatização de Processos Administrativos: Do Office ao Workflow; Internet-Redes de Informação e Correio Eletrónico; Inglês para contactos com o Público; O Protocolo nos Serviços Públicos; Word Avançado; Access 2000; Arquivos Correntes; Sensibilização ao Euro; VI Encontro Anual de Secretárias Executivas; Gestão de Documentos e Substituição de Suportes; Power Point97; Excel Iniciado; Secretariado de Alto Nível; Curso de Francês (INA); Introdução às Técnicas de Secretariado.

Experiência Profissional

De 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015, exerceu o cargo de secretária pessoal de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Justiça;

De 30 de junho de 2011 a 29 de dezembro de 2013, exerceu o cargo de secretária pessoal de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De 15 de março a 29 de junho de 2011, desempenhou funções de secretariado e de apoio técnico-administrativo ao Presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes; De 30 de novembro de 2010 a 14 de março de 2011, desempenhou funções no Serviço de Relações Públicas do Ministério da Justiça (SGMJ);

De 3 de novembro de 2009 a 29 de novembro de 2010, exerceu o cargo de secretária pessoal de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Justiça;

De julho de 2000 a novembro de 2009, desempenhou funções de secretária pessoal da Secretária-Geral do Ministério da Justiça;

De abril de 1983 a julho de 2000, desempenhou funções de secretária de direção na Direção-Geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;

De janeiro a março de 1983, desempenhou funções de secretariado e administrativas na Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação do Gabinete de Estudos e Planeamento;

De junho de 1981 a dezembro de 1982, desempenhou funções administrativas no Gabinete do Registo Nacional.

Outras Atividades Relevantes

Em acumulação com as funções de secretariado, foi designada:

2006/2009: Secretariado e apoio técnico-administrativo ao Controlador Financeiro do Ministério da Justiça;

1996/1998: Apoio técnico-administrativo à Comissão de Reforma da Lei da Liberdade Religiosa;

1990/1995: Seleção e tratamento da informação veiculada pela imprensa, relativa ao Sistema Justiça;

1989: Formadora novos utilizadores do “Display Write/36”, GEPMJ;

1988: Participou na organização do VII Colóquio do Conselho da Europa sobre a utilização da informática na Administração Pública, que se realizou em Lisboa.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Rosa Maria Fernandes Bernardes Patrício
Data de Nascimento: 2 de dezembro de 1957

Habilitações Académicas

Curso Complementar de Secretariado e Relações Públicas (Ex-Escola Industrial e Comercial de Santarém).

Experiência Profissional

De 1984 a 1987, Redação da Assembleia da República e Gabinete de Apoio às Comissões;

De 1987 a 1992, Gabinete de Apoio ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, do XI Governo Constitucional;

De 1992 a 1995, Gabinete de Apoio ao Ministro Adjunto, do XII Governo Constitucional;

De 1996 a junho de 2011, Secretária em Escritório de Advogados;

De junho de 2011 a dezembro 2013, Secretária do Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, do XIX Governo Constitucional;

De dezembro de 2011 a 29 de outubro de 2015, Secretária do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Justiça, do XIX Governo Constitucional.

209109717

Centro de Estudos Judiciários

Despacho n.º 13232/2015

Por deliberação do Conselho Superior da Magistratura de 15 de setembro de 2015, Licenciado Nuno Manuel Guimarães Faria Machado Sampaio, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, designado para exercer no Centro de Estudos Judiciários o cargo de Coordenador Regional da formação nos tribunais, em regime de acumulação, com redução de serviço na Relação, pelo período de três anos, nos termos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 84.º da Lei 2/2008, de 14 de janeiro, com efeitos reportados a 15 de setembro de 2015.

29 de outubro de 2015. — O Diretor do Centro de Estudos Judiciários, *António Pedro Barbas Homem*.

209099244